



**ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AMARELEJA**

ATA N.º 11

-----Aos 26 dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na sala de sessões da Junta de Freguesia de Amareleja, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia de Freguesia com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 9 referente à sessão ordinária de 03/04/2015;

----- Ponto 2: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 10 referente à sessão extraordinária de 15/05/2015;

----- Ponto 3: Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Orçamento para o ano 2015; -----

----- Ponto 4: Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Junta de Freguesia do ano 2014;

----- Ponto 5: Apreciação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira;

----- Ponto 6: Protocolo de Cooperação entre a União de Freguesias de Moura e Santo Amador e a Freguesia de Amareleja;

----- Ponto 7: Protocolo de Parceria com a empresa Mutação-Consultoria, Estudos e Serviços de Formação Lda;

----- Ponto 8: Diversos;

ABERTURA OFICIAL DA SESSÃO -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia**, António Branco Angelino, após verificar a existência de quórum deu início à sessão eram vinte e uma horas e trinta e dois minutos. -----

----- **PRESENÇAS** -----

----- **Registaram-se as seguintes presenças:** António Branco Angelino, Agostinho de Jesus Oliveira Caro, José Carlos Lucas Batista, Nélia Sofia Moreira Marvão, Manuel Estevão Marques Martins, Carla Alexandra Ramos



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Dias, Maria da Conceição Pereira Antunes Batista, Mário Filipe Grosso Campaniço e Fábio José da Conceição Branco. -----

----- AUSÊNCIAS -----

----- Não houve ausências a registar. -----

----- PRESENÇA DOS ELEITOS DA JUNTA DE FREGUESIA-----

----- Estiveram presentes na sessão o Presidente do executivo António José Valadas Gonçalves, a tesoureira Florbela Fontes Bonito. O secretário Alfredo Manuel Frasquilho Guerra não esteve presente por se encontrara a substituir o senhor Presidente do Executivo na Assembleia Municipal que se realizou no mesmo dia na freguesia do Sobral da Adiça. -----

----- PERIODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- O senhor Presidente da Assembleia começou por ler a correspondência recebida. Leu uma carta do Provedor de Justiça (**Doc.1**), subscrita pela Provedora Adjunta, sobre a questão da queixa apresentada pela eleita Maria da Conceição Batista relativa à retirada das Ajudas de Custo, em que aquela se congratula pelo desfecho todo o processo. Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou que no dia dois de junho esteve presente na Assembleia da República, em representação da freguesia de Amareleja, numa conferência sobre as Freguesias e os Estado de Direito Democrático, dizendo que a mesma foi bastante interessante. Perguntou se algum dos presentes tinha alguma questão a apresentar no período antes da ordem do dia. Não houve intervenções. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que a Ordem de Trabalhos era longa e que por esse fato, nesta sessão, iria dar a voz à população ainda antes de dar início à ordem de trabalhos. Perguntou em seguida se alguém se queria inscrever. Não houve intervenções da população.-----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que ainda antes da ordem de trabalhos, a mesa da Assembleia de Freguesia gostaria de manifestar um sentido de pesar pelo falecimento do senhor Manuel dos Inocentes Rodrigues,



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

antigo Presidente da Junta de Freguesia e secretário da Assembleia de Freguesia no mandato de 2009 – 2013. -----

ORDEM DE TRABALHOS

----- **Ponto 1: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 9 referente à sessão ordinária de 03/04/2015;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém se queria pronunciar relativamente à Ata. -----

----- Não havendo intervenções foi colocada à votação a Ata n.º 9 referente à sessão ordinária de 03/04/2015 obtendo a seguinte votação. -----

----- Votos a favor – 9; Votos contra – 0; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA N.º 9 REFERENTE À SESSÃO ORDINÁRIA DE 03/04/2015.** -----

----- **Ponto 2: Apresentação para discussão e votação da Ata n.º 10 referente à sessão extraordinária de 15/05/2015;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao segundo ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém se queria pronunciar relativamente à Ata. -----

----- A senhora Maria da Conceição pediu a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes. Disse, relativamente à Ata n.º 10 que, embora não tenha estado presente na sessão por motivos de saúde, pela leitura que fez da Ata e segundo informações que lhe chegaram de pessoas que estiveram presentes, gostaria de fazer algumas observações sobre o que se terá passado nessa sessão. Disse que os eleitos da CDU depois de terem feito uma avaliação em coletivo do sucedido queriam manifestar o seu desagrado por ter havido uma Assembleia Extraordinária com esse caracter. Disse que os eleitos da CDU tinham pedido uma Assembleia Extraordinária para discutir o Regimento da Assembleia de Freguesia, e que se a intenção era



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

a de se continuar sem a utilização desse Regimento bastava escrever uma carta a dizer isso, dizendo que se tinha gasto desnecessariamente dinheiro com a organização dessa Assembleia. Disse ainda que tinha ficado muito surpresa e espantada relativamente ao conteúdo tratado no ponto diversos dessa Assembleia Extraordinária. Disse que o senhor Presidente da Assembleia tinha todo o direito de se defender, mas que na sua opinião seria desajustado utilizar uma Assembleia de Freguesia Extraordinária para o fazer, dizendo que a realização dessa Assembleia acarretava custos que eram pagos por todos. Disse ainda que os eleitos da CDU tinham ficado perplexos, com o fato de o senhor Presidente ter usado essa Assembleia para fazer aí a sua defesa partidária, disse que o senhor Presidente da Assembleia terá afirmado que pertencia ao Partido Comunista Português e disse que isso não era verdade. Disse que os eleitos da CDU tinham pedido confirmação junto do PCP e que tinham informação muito objetiva e concreta de que o senhor Presidente da Assembleia não era militante do partido. Disse em seguida que “não bastava usar a boina do Che Guevara” para se dizer que se era comunista. Disse que no dia a seguir ao 25 de abril também tinha visto muita gente da Legião Portuguesa com a medalha a dizer MFA. Disse em seguida que o senhor Presidente da Assembleia teria também afirmado nessa Assembleia de Freguesia Extraordinária que seria conselheiro do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na Assembleia da República. Disse que mais uma vez os eleitos da CDU solicitaram informação junto do Partido Comunista Português e que essa afirmação também não seria verdadeira pois segundo informação do partido o mesmo não tem conselheiros. Disse que o que os eleitos da CDU podiam depreender é que, sendo o senhor Presidente da Assembleia trabalhador da CP, e tendo uma boa relação com a respetiva Comissão de Trabalhadores, a mesma lhe pede de vez em quando apoio e ajudas, mas que isso não faz do senhor Presidente da Assembleia um conselheiro daquele Grupo Parlamentar. Disse ainda que não era verdade que o senhor Presidente faça trabalho no parlamento, pois quem faz trabalho no



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

parlamento são os seus deputados. Disse que o senhor Presidente da Assembleia fez passar a ideia de que ficou ofendido pelo fato de os eleitos da CDU terem referido nos seus comunicados os outros partidos e ainda de que estaria com a bancada da CDU em termos partidários, ou próximo da mesma. Disse que na verdade isso não se verificava e que era enganoso. Disse ainda que foram feitos pelo senhor Presidente da Assembleia alguns comentários sobre os membros do partido Comunista da Amareleja que na sua opinião eram ofensivos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que relativamente ao conselheiro, a palavra teria sido utilizada para que os presentes entendessem o que realmente fazia nas reuniões preparatórias dos debates parlamentares na assembleia da república sobre a temática dos transportes. Disse que era especialista em transportes e que a convite do Partido Comunista Português, e juntamente com um extenso grupo de trabalho, desde autarcas a sindicalistas, analisam e discutem juntamente com os deputados daquela comissão, a problemática do setor, e a título gratuito, frisou. Disse que prestava essa colaboração a convite dos deputados do Partido Comunista, referindo-se em concreto ao deputado Bruno Dias e à deputada Paula Santos, disse ainda que o fazia há já bastante tempo e que não percebia onde é que a senhora Maria da Conceição queria chegar com a sua intervenção relativamente a esta questão. Disse que esse grupo de trabalho, do qual fazia parte, era um grupo de trabalho alargado onde estavam também alguns sindicalistas da TAP, do Metro e ele próprio enquanto presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos representando um sindicato de empresas públicas, referindo-se em seguida a algumas das empresas associadas. Disse em seguida que nunca afirmou ser militante do Partido Comunista, mas sim que era comunista, dizendo que eram coisas diferentes. Disse que o que referiu foi que em tempos pertenceu à JCP – Juventude Comunista Portuguesa. Disse que tinha sido dirigente da Juventude Comunista Portuguesa em representação do distrito de Setúbal e da União dos Estudantes Comunistas enquanto estudante. Disse, ainda



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

respondendo às questões colocadas pela senhora Maria da Conceição, que a mesma terá referido na sua intervenção que houve da última Assembleia Extraordinária um ponto diversos. Disse que isso não era verdade, pois tratando-se de uma Assembleia Extraordinária nunca poderia ter um ponto diversos, disse que nessa Assembleia houve sim um segundo ponto denominado “Informação”. Disse ainda estranhar o fato de a senhora Maria da Conceição ter manifestado a sua preocupação com os custos da realização da Assembleia Extraordinária, dizendo que a Assembleia tinha sido solicitada pelos eleitos da bancada da CDU. Falou nos custos da Assembleia dizendo que os mesmos eram suportados pela Junta de Freguesia e voltou a dizer que a Assembleia tinha sido requerida pela CDU, disse que essa situação estava prevista na Lei e que existindo esse requerimento a Assembleia obrigatoriamente tinha que ser convocada. Disse que a realização dessa Assembleia não tinha sido nenhuma inovação da bancada da lista dos Independentes. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que era do conhecimento dos eleitos da CDU que o senhor Presidente da Assembleia era ouvido como sindicalista, disse que tinham obtido essa informação junto do Partido Comunista Português quando tentaram obter informação sobre a existência de conselheiros no grupo parlamentar do partido. Disse que de fato o grupo parlamentar “abre as portas” a contributos de sindicalistas. Disse que gostava ainda de fazer um reparo relativamente ao fato de se ter referido ao segundo ponto da ordem de trabalhos da Assembleia Extraordinária como ponto “diversos”, disse que tinha sido um engano seu e que era de fato um ponto “informação”, disse que inclusivamente até enviou antes da realização da Assembleia um e-mail a solicitar informação sobre a existência ou não de documentação para esse ponto. Disse que gostaria ainda de fazer um outro reparo, dizendo que tratando-se de uma Assembleia Extraordinária também não deveria ter audição do público e que neste caso isso verificou-se, perguntou porquê essa alteração. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que nenhuma Assembleia Extraordinária deveria ter intervenção do Público. Disse que como no entender da mesa o povo era soberano, e como as Assembleia eram muito espaçadas no tempo, a mesa tinha dado essa abertura para que mesmo em Assembleias Extraordinárias a população possa sempre intervir, embora com o tempo mais controlado. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que esta tinha sido a primeira Assembleia Extraordinária em que houve audição do Público. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que mesmo em Assembleias Extraordinárias era sempre dada a voz ao público, referindo outras sessões anteriores e dizendo que pelo fato das Assembleia serem muito espaçadas no tempo não via grande problema nisso. -----

----- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a Ata n.º 10 referente à sessão extraordinária de 15/05/2015 obtendo a seguinte votação. -

----- Votos a favor – 8; Votos contra – 0; Abstenções – 1. -----

----- **DELIBERADO, POR MAIORIA APROVAR A ATA N.º 10 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15/05/2015.** -----

----- De registar que a abstenção foi da eleita Maria da Conceição Pereira Antunes Batista que não esteve presente na sessão. -----

----- **Ponto 3: Apreciação e votação da 1.ª Revisão do Orçamento para o ano 2015;** -----

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao terceiro ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém se queria pronunciar relativamente à 1.ª Revisão do Orçamento para o ano 2015 (**Doc.2**). -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que relativamente a este documento da 1.ª Revisão do Orçamento não havia muito a dizer, mas que os eleitos da CDU gostavam de ser esclarecidos relativamente aquilo que é o



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

PEPAL e o que se pretende com o mesmo, uma vez que era este programa que estava na origem desta Revisão Orçamental. -----

----- O senhor Presidente do Executivo tomou a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes. Esclareceu que o PEPAL funcionava quase como um concurso público, embora não tivesse exatamente o mesmo percurso em termos de procedimentos. Disse que esta tinha sido uma oportunidade que tinha surgido para as Autarquias e que a Junta de Freguesia de Amareleja tinha feito uma candidatura e tinha sido contemplada com uma vaga para um estagiário PEPAL. Disse que os destinatários tinham que reunir alguns critérios obrigatórios para poderem candidatar-se, enumerando alguns. Falou na necessidade de preenchimento do posto de trabalho do Posto de Turismo, dizendo que a pessoa que lá estava ia terminar o contrato e explicou que os estágios PEPAL eram comparticipados a 92% durante um ano, dizendo que a Junta entendeu que seria uma boa oportunidade e quis aproveitá-la. Disse que quando se abriu o procedimento a Junta de Freguesia estava à espera que concorressem um grande número de candidatos, mas que isso não se tinha verificado explicando que tinha concorrido apenas uma pessoa. Explicou que essa pessoa já tinha sido selecionada, dizendo que inclusivamente estava presente na Assembleia uma vez que já estava na Amareleja para conhecer a freguesia e para se ambientar. Perguntou se mais alguém gostaria de ser esclarecido relativamente a este assunto. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que tinha ficado esclarecida e desejou as boas vindas à pessoa em causa. -----

----- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a 1.ª Revisão do Orçamento para o ano 2015.-----

----- Votos a favor – 9; Votos contra – 0; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE APROVAR A 1.ª REVISÃO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2015.**-----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- **Ponto 4: Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais da Junta de Freguesia do ano 2014;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao quarto ponto da ordem de trabalhos dizendo que tinha finalmente este documento em mãos, perguntou se todos os membros tinham recebido o documento quer via email e em papel. Perguntou se alguém queria fazer alguma intervenção em relação ao Inventário **(Doc.3)**. -----

----- A senhora Nélia Marvão pediu a palavra começando por cumprimentar todos os presentes e em relação ao Inventário disse que gostaria de em primeiro lugar dar os parabéns à Junta de Freguesia por ter enviado o documento, dizendo que há algum tempo que os eleitos da CDU vinham insistindo neste assunto. Disse que de qualquer forma este era um documento muito maçudo e que os eleitos da CDU não tinham tido tempo de rever, dado que o mesmo foi entregue com poucos dias de antecedência. A senhora Nélia disse em seguida que os eleitos da CDU gostariam de propor que este ponto fosse discutido numa próxima Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que não via nenhum problema nisso e se podia colocar este ponto na ordem de trabalhos da próxima Assembleia, disse que no entanto mesmo que houvesse algum esquecimento e uma vez que há sempre um ponto diversos poderia fazer-se a apreciação do Inventário no ponto diversos. -----

----- **O INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS DA JUNTA DE FREGUESIA FOI APRECIADO E DELIBERADO, REMETER O MEMSO PARA UMA APRECIÇÃO MAIS PROFUNDA PARA A PRÓXIMA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA, UMA VEZ QUE SE TRATA DE UM DOCUMENTO EXTENSO E QUE FOI ENTREGUE COM POUCOS DIAS DE ANTECEDÊNCIA.** -----

----- **Ponto 5: Apreciação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira;**



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao quinto ponto da ordem de trabalhos, perguntou se todos os membros tinham recebido a documentação com a apreciação escrita do Presidente da Junta bem como os documentos respeitantes à informação financeira (**Doc. 4**) e perguntou se alguém se queria pronunciar relativamente este assunto. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse não haver muito a dizer em relação a este ponto, uma vez que era recorrente em algumas coisas que se tinham passado em Assembleias anteriores, dizendo que os eleitos da CDU já por diversas vezes tinham apontado algumas debilidades em relação a estes relatórios. Em seguida, fazendo referência à página 20 da Ata número 9, disse que o senhor Presidente do Executivo nessa Assembleia, respondendo a uma questão que foi colocada sobre o relatório de gestão, disse que provavelmente poderia haver um documento mais em pormenor mas que o documento existia, e que de acordo com o que seria o seu entendimento e as suas capacidades, que proximamente iria de fato procurar que este relatório tivesse uma outra elaboração. Disse que no entendimento dos eleitos da CDU o documento enviado não era um relatório e que continuava a ser a mesma coisa, dizendo que se tratava repetidamente de uma listagem de tarefas que competem a qualquer Presidente de Junta de Freguesia e que também ali eram relatadas. Disse que o relatório de gestão não era, como já anteriormente tinham tido oportunidade de referir, esta listagem de tarefas. Disse que relativamente ao relatório de gestão não pretendia adiantar mais, uma vez que este assunto já tinha sido discutido em anteriores assembleias e era um assunto recorrente. Relativamente à apreciação das contas disse que gostaria de colocar algumas questões. Relativamente ao Saldo de Gerência, começou por dizer que comparativamente ao saldo existente a 31 de dezembro, o saldo atual era um saldo mais generoso, referindo-se concretamente aos valores apresentados. Disse que apesar disso e tendo em conta o saldo atual de cerca de 19.869,00 € havia um montante em dívida à data de 31 de Maio de 18.530,00 €. Disse que se a Junta pagasse todas as faturas em dívida ficariam apenas 1.339,00 €.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Disse que a situação atual em termos de disponibilidades era melhor do que a apresentada no anterior relatório, mas que não deixava de ser preocupante. Em seguida disse que havia uma outra situação que também já era recorrente e que tinha a ver com a falta da realização da receita de capital referente à verba de 40.000,00 € previstos para investimentos na Fábrica Mercedes e que já andava à uma série de anos no orçamento continuando por realizar. Disse que outra questão que gostaria de colocar tinha a ver com a execução das despesas de capital. Disse que estavam orçamentados cerca de 80.000,00 € mas que apenas tinham sido executados 5.296,81 €, dizendo que deste valor, pelo que se percebe da análise das contas, há 4.196,00 € que tinham a ver com despesas de requalificação do Baldio. Disse que esta questão deixava alguma preocupação aos eleitos da CDU uma vez que a questão do Baldio continuava por clarificar, nomeadamente no que respeita às casas que lá se encontram construídas. Disse que a Junta continuava a fazer investimentos nessas casas e que se na campanha eleitoral se disse que isso era “fazer filhos em mulheres alheias”, na opinião dos eleitos da CDU, de fato enquanto as finanças não clarificarem objetivamente essa questão seria precipitado continuar a investir-se verbas no baldio sem que haja essa clarificação. Disse que havia outras situações na Amareleja onde se deveria investir e deu o exemplo da Fábrica Mercedes. Seguidamente disse que, ainda na parte das receitas, os eleitos da CDU gostariam de ser esclarecidos relativamente às receitas provenientes do IEF, dizendo que depreendem que esta rubrica tenha a ver com as candidaturas a programas CEI e CEI+. Disse que de acordo com os mapas das contas com os lançamentos feitos até ao mês de maio apenas tinha sido executado 17% dessa receita e perguntou se havia algum problema com esses projetos. Ainda em relação à informação financeira, disse que os eleitos da CDU gostariam também de ser esclarecidos sobre as verbas do Associativismo. Disse que não havia um tostão realizado respeitante a estas verbas, referiu que o valor orçamentado inicialmente era de 5.000,00 € dizendo que já este era ridículo, mas que mesmo assim ainda não tinha sido



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

paga nenhuma verba. Disse que outra questão que preocupava os eleitos da CDU tinha a ver com os gastos com o gasóleo, disse que em cinco meses já havia um gasto de cerca de 13.100,00 €, dizendo que daria uma média de mais de 10.000 litros de gasóleo gastos em apenas cinco meses. Seguidamente falou na Horta Comunitária, disse que já havia um montante gasto neste projeto e que os eleitos da CDU gostariam de ser esclarecidos em relação ao seu desenvolvimento e também em relação às regras de acesso à Horta Comunitária. Por último disse que, pegando nas atas do executivo tinham verificado que se estava a comprar gasóleo a entidades que não eram da Amareleja, disse que esses fornecimentos provavelmente estariam a ser pagos, pois não apareciam na lista de credores e que se continuava a não pagar à Petroamareleja. -----

----- O senhor Presidente do executivo mostrou-se satisfeito relativamente à melhoria da situação financeira da Junta em relação a 31 de dezembro de 2014, dizendo que ainda bem que assim era, disse que era um bom sinal e que era o resultado do bom trabalho que a Junta de Freguesia vinha fazendo, agradeceu o reparo. No que respeita à receita dos 40.000,00 € da Fábrica Mercedes disse que já por diversas vezes tinha explicado esta questão. Disse que estes 40.000,00 € já vinham aprovados antes de ser Presidente da Junta, ainda no tempo do senhor Ramalho e que o que era um fato, era que esta questão se tinha arrastado até à presente data. Disse a Junta tinha feito variadíssimas tentativas para chegar a acordo com a Câmara, no sentido de manter a fachada e que neste momento não era essa a opinião do senhor Presidente da Câmara. Disse que o impasse era apenas este e que apesar de tudo, e sem que se tocasse nesses 40.000,00 €, já se tinha feito lá uma grande parte do trabalho. Disse que esse trabalho também tinha custado algum dinheiro e que se a Câmara tivesse aceitado essas faturas, já não seriam 40.000,00 €. Disse que podiam dizer que se tratava de um “braço de ferro”, ou o que quisessem mas que no seu entendimento a Fachada da Fábrica era da maior importância histórica para a Amareleja. Disse que na opinião da Junta de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Freguesia não se deve derrubar a fachada e sim manter a mesma, requalificando-a. Disse que a Junta tinha um projeto, elaborado pelo Engenheiro Firmino e que tinha orçamentos. Disse que tudo isto tinha sido apresentado, e que tinha sido enviado um ofício a convidar a Câmara a discutir este assunto, mas que na opinião da Junta a resolução deste problema nunca poderia passar por derrubar a fachada. Disse que a Junta estava disposta a reunir com a Câmara, se esta assim entender, e que não tinham nenhum problema em relação a essa matéria. Disse que era esta a justificação para o fato deste dinheiro ainda não ter sido utilizado, disse que se a Junta tivesse por ela própria, dinheiro para fazer esta obra mantendo a Fachada já o teria feito. Relativamente às despesas de capital realizadas, pediu à funcionária para dar uma explicação sobre os números apresentados. -----

----- A funcionária disse que os números estavam nos documentos enviados e que diziam respeito aos investimentos previstos e realizados. -----

----- O senhor Presidente disse que em relação aos investimentos a Junta tinha previsto inicialmente um valor de cerca de 89.000,00, incluindo os 40.000,00 € para a requalificação da Fachada da Fábrica. Disse que tinham sido orçamentados 25.000,00 € para o projeto da piscina e que não sobravam muito mais verbas para investimentos, disse que até ao final do ano ainda se iriam fazer mais alguns investimentos e disse que havia uma parte do investimento que não era palpável e que não aparecia nos números, referindo-se à mão de obra. Disse que estava a ser aplicado um programa para contabilizar essas despesas e que assim que houvesse disponibilidade iriam ser apresentados esses números, disse que através desses números se iria perceber melhor onde é que gasta realmente o dinheiro. Disse que através desse programa também se iria perceber melhor o apoio que é dado ao Associativismo e a outras entidades da freguesia, através da cedência de pessoal para obras e outros serviços que se têm prestado, deu o exemplo das obras realizadas na sede do Grupo Desportivo e explicou como iria funcionar o programa. Disse que esse trabalho estava a ser feito pelo funcionário



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

responsável pelo pessoal, mas que ainda não tinha havido tempo de apresentar esses números. Disse que infelizmente para a Junta, para a Amareleja e para todos havia pouca disponibilidade para se fazerem grandes investimentos, disse que na sua opinião o grande investimento que estava a ser feito era nas pessoas e que bastava ir aos mapas das despesas para se perceber isso. Em relação às receitas do IAFP pediu à funcionária prestar esse esclarecimento. -----

----- A funcionária disse que não havia nenhum problema com os projetos, disse que estavam a decorrer dentro da normalidade, mas que tinha havido um aumento das candidaturas a CEI e uma diminuição de CEI+, sendo que as primeiras não eram comparticipadas, pois os destinatários eram beneficiários de subsídio de desemprego. Disse que os pagamentos estavam em ordem e que a fraca execução desta rubrica se devia apenas a esse fato. Disse que havia menos projetos do que aqueles que estavam previstos, mas que isso também se refletia na execução da despesa. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que em relação às verbas do associativismo também a Junta de Freguesia gostaria de poder atribuir muito mais dinheiro do que aquele que era atribuído. Disse que havia uma perspetiva sobre essa matéria e que tinham a ideia que a melhor forma de apoio que a Junta de Freguesia podia dar ao associativismo era através da cedência de mão-de-obra na realização de obras necessárias. Disse que assim a Junta de Freguesia “com um tiro matava dois coelhos”, dava trabalho às pessoas e ao mesmo tempo apoiava as associações. Disse que essa tinha sido sempre a ideia chave da Junta de Freguesia em relação a esta questão. Disse que no entanto em relação às transferências que estão orçamentadas, certamente ainda iriam ser pagas, uma vez que ainda faltava meio ano para o fazer. Relativamente aos gastos com gasóleo, disse que esta questão já tinha sido discutida na Assembleia e lembrou que todos os dias a Junta de Freguesia tem carros na rua que se deslocam para várias localidades. Disse que era certo que este serviço dos transportes dava prejuízo, dado o atual elevado custo dos



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

combustíveis, portagens e outros. Disse que era raro os carros estarem parados e que o que era preciso era que assim continuasse. Disse, ainda em relação aos gastos com os combustíveis, que outra situação que estava na origem deste aumento tinha a ver com a utilização do gerador do Baldio. Disse que a Junta de Freguesia tinha neste momento um guarda no Baldio que estava no monte 24 horas por dia e que era importante que tivesse algum conforto. Disse que essa pessoa era um individuo disponível e que outra pessoa provavelmente faria as oito horas de trabalho, dizendo que para assegurar o mesmo serviço a Junta teria de contratar três trabalhadores. Disse que neste momento a Junta tinha apenas um guarda que estava a dar conta da situação e que estava sempre presente. Disse que havia pessoas que diziam que aquilo era a tasca da Junta de Freguesia, referindo-se ao monte do Baldio. Disse que o que acontecia muitas vezes era que ele próprio em vez de ficar na tasca pegava numa garrafa de vinho, que comprava com o próprio dinheiro e ia lá beber um copo. Disse que qualquer pessoa podia fazer o mesmo, disse que não era tasca nenhuma e sim um sítio onde as pessoas se deveriam ir e onde se deveriam sentir bem. Disse que a Junta tinha adquirido aquele gerador e que em boa hora o tinha feito pois tinha sido comprado por um valor muito abaixo do justo, explicando que era uma mais-valia, que era utilizado para as mais variadas situações mas que gastava muito combustível. Disse que era intenção da Junta de Freguesia mandar eletrificar o monte e que se isso se concretizasse provavelmente iria poupar-se muito dinheiro. Disse que a Junta estava a pensar candidatar-se através dos programas do Portugal 2020, disse que estava a procurar-se o enquadramento dessa obra no referido programa, afim-de se conseguir o respetivo financiamento. Disse que já tinha sido pedido um orçamento para que assim que se possa arranjar enquadramento a Junta estar mais ou menos à vontade nessa matéria. Disse que em relação a esta questão não tinha mais nada a acrescentar, disse que se se gastava este gasóleo era porque a Junta tinha muito serviço, dizendo que isso era muito bom sinal. Em relação à compra de combustíveis a uma empresa que não é da



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Amareleja, disse que esta questão também já tinha sido explicada, disse que o que acontecia era que na Junta de Freguesia havia um acordo em que um mês era feito o abastecimento das viaturas na ZAMZ e no outro mês era feito na Petroamareleja, de forma intercalada, sendo que os valores em dívida era repartidos pelas duas empresas. Disse que a partir do momento em que a ZAMZ deixou de fornecer e se passou a abastecer apenas na Petroamareleja, essa dívida aumentou, disse que admitia que numa empresa pequena esse fato causasse alguma diferença. Disse que se começou a dizer que a Junta de Freguesia devia muito dinheiro e que não conseguiam suportar esse encargo, disse que na sequência disso a Junta de Freguesia decidiu começar a comprar gasóleo a outra empresa, dizendo que por acaso os proprietários até eram de Amareleja. Disse que assim havia uma maior margem de manobra. Disse que se calhar havia mais 10 ou 15 pessoas que gostariam de fornecer gasóleo à Junta de Freguesia de Amareleja que embora com algum atraso, paga. No que respeita à Horta Comunitária disse que este assunto parecia que incomodava algumas pessoas, referindo-se a comentários que terão sido proferidos sobre a mesma. Disse que infelizmente cada vez há mais hortas comunitárias, falando da crise. Disse que ainda que há quem tenha muitos hectares de terra para semear algumas coisas, mas que há também quem não tenha. Falou na vertente social do projeto e disse que para além do aspeto social a Horta Comunitária poderia também ser usada como um espaço lúdico. Disse que o espaço onde se pretende criar a Horta Comunitária era um espaço que se encontrava abandonado, cheio de pedras e de ervas, disse que felizmente neste momento o espaço já se encontrava limpo. Disse ainda que era um espaço aberto e que neste momento já se encontrava vedado. Disse que o espaço no futuro até pode nem vir a ser uma horta comunitária e ser utilizado para outros fins. Disse que em tempos o senhor diretor da Escola Básica Integrada de Amareleja tinha solicitado à Junta de Freguesia um espaço no Baldio para se construir uma horta para os alunos, disse que sugeriu a utilização daquele espaço e que atualmente já lá existia uma estufa, construída



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

pelos alunos. Disse que o espaço atualmente está muito melhor do que estava, pois estava cuidado e vedado. Disse que não se gastou muito dinheiro pois a vedação foi oferecida pelo Instituto Meteorológico, que desativou recentemente a antiga estação. Disse que a atual Junta de Freguesia tem poupado muito dinheiro e que do velho ia fazendo novo, deu o exemplo concreto das placas informativas do Parque de Merendas do Badio e do Parque Infantil que também ali foi instalado. Disse que tudo isto só se conseguia com o pessoal que a Junta de Freguesia tinha ao serviço e que a Junta de Freguesia de Amareleja era um exemplo que devia ser seguido por muitas Juntas e até por muitas Câmaras, pois fazia obra dando emprego às pessoas da terra e não aos de fora. Disse que na sua opinião esta era uma boa política que a Junta de Freguesia tinha optado por seguir e que iria continuar a fazê-lo. Convidou todos os que estivessem interessados a visitar as obras e as iniciativas que a Junta tem realizado para perceberem o que se tem sido feito e onde é que o dinheiro se tem gastado. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que gostaria de clarificar algumas questões dizendo que havia alguma confusão no entendimento das mesmas. Disse que o senhor Presidente do Executivo tinha referido que a Junta tem apostado nas ajudas em trabalho e que isso também seria considerado investimento. Disse que o que os eleitos da CDU referiram quando falaram no pouco investimento, não tinha nada a ver com a questão das ajudas em trabalho e que se referiam isso sim às despesas de capital. Disse que esse investimento era sobre bens e património da Junta de Freguesia, disse que em relação às ajudas em trabalho feitas ao associativismo, também havia formas de fazer essa imputação, dizendo que a Junta dispõe de um consultor que deve ajudar a fazer isso. Disse que eram questões diferentes e que a pergunta que tinha sido feito tinha a ver com as verbas de capital. Disse que dos cerca de 89.000,00 € previstos inicialmente, que incluem os 40.000,00 € da requalificação da fachada da Fábrica Mercedes, havia apenas um investimento de pouco mais de 5.000,00 €, sendo que desse valor mais de 4.000,00 € dizia



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

respeito a investimentos feitos no Baldio. Disse que a questão do Baldio estava ainda em discussão e não estava objetiva nem clara. Disse que se continuava a investir naquele espaço sem se saber se vem ou não para a Junta e nem em que condições possa vir a ser transferido. Disse que na opinião dos eleitos da CDU deveria haver algum cuidado nos investimentos feitos naquele espaço enquanto a questão da transferência das casas não esteja decidida de forma objetiva. Disse que em relação à questão da receita do IEFP estava esclarecida, pois eram programas que estavam ainda a decorrer. Disse que na sequência da informação prestada pelo senhor Presidente da Junta em relação à intenção de se proceder à eletrificação do Baldio, os eleitos da CDU gostariam de deixar uma sugestão. Disse que a eletrificação de um espaço no meio de um perímetro florestal poderá trazer alguns perigos, e que sendo a Amareleja uma freguesia onde está instalada uma das maiores Centrais Fotovoltaicas do Mundo queriam deixar a sugestão para que a Junta de Freguesia procurasse uma solução que passasse pela utilização dessa energia alternativa. Disse que o novo quadro comunitário ainda não estava a funcionar em pleno, mas se for cumprido teria com certeza programas específicos para o recurso às energias alternativas. Disse que a conseguir-se um projeto desses para o Baldio seria um bem para todos. Relativamente ao combustível, disse que a questão que colocou não deveria ter sido bem entendida. Disse que o problema não tinha a ver com o local onde se comprava ou a quem se comprava, mas o fato de neste momento o fornecedor da Amareleja ser credor e os fornecedores de fora terem as contas em dia. Disse que aí é que estava o problema e que era essa a preocupação dos eleitos da CDU. -----

----- A funcionária Cidália explicou que as faturas do fornecimento feito pela nova empresa não se encontravam na listagem enviada aos membros da Assembleia porque tinham dado entrada a 1 de junho e a listagem apenas continha os valores lançados a 31 de maio. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que havia outras adjudicações que constavam em ata referentes a outro fornecedor que também não



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

constavam na listagem enviada, referindo-se às adjudicações feitas à em presa ZAMZ – Combustíveis e Lubrificantes. -----

----- A funcionária respondeu que relativamente a esse fornecedor não havia nada em dívida. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que os eleitos da CDU tinham uma ideia muito clara em relação à questão das Hortas Comunitárias. Disse que eram a favor das mesmas sem qualquer reserva, mas que não se podia chamar Horta Comunitária a qualquer cantinho de terra onde se plantavam umas couves. Disse que as Hortas Comunitárias tinham regulamentação própria onde constava um conjunto de obrigações e direitos. Disse que o funcionamento das Hortas Comunitárias obedecia a um conjunto de regras que devem ser aditadas para que o espaço funcione corretamente. Disse que era um projeto importante e que infelizmente se está a tornar cada vez necessário em Portugal, pois cada vez mais as pessoas tinham a necessidade de recorrer a um regime de auto-suficiência para poder obter comida. Disse que a Horta Comunitária não deveria servir só para “matar a fome” e que também havia o espírito de desenvolver negócios e também o aspeto lúdico, disse que havia muitas coisas à volta da Horta Comunitária e que os eleitos da CDU tinham ideias muito objetivas sobre esta questão. Disse que tinha sido nesse sentido que tinha colocado as questões sobre a Horta Comunitária. Disse que o fato de se ter cedido parte do terreno à escola era muito importante, pois um dos aspetos que a Horta Comunitária também tinha era esse caráter pedagógico, e que vem no seguimento do que atrás foi referido, dizendo que a Horta Comunitária era uma coisa muito mais ampla. Disse que no que respeita à questão do Parque Infantil construído no Baldio das Ferrarias, gostaria de deixar esse assunto para o ponto diversos, dizendo que esse seria um assunto muito mais complexo. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que pelos vistos não havia nenhuma confusão, como tinha sido atrás referido pela senhora Maria da Conceição. Disse que até lhe parecia muito de acordo com a posição da Junta



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

de Freguesia, disse que tudo o que já atrás ele próprio tinha referido sobre a Horta Comunitária, a senhora Maria da Conceição vinha agora dizer exatamente a mesma coisa, concordando até com o fato de aquilo ser um espaço ótimo para ser utilizado pela escola. Disse que neste momento a Horta Comunitária ainda não estava regulamentada e que até ao momento ainda ninguém tinha lá semeado uma couve. Disse que a única abertura que existia neste momento era relativamente à escola, dizendo que será a escola a gerir essa atividade pois tinha professores e formadores para isso. Disse que o que existia no momento era um espaço limpo e arranjado e que a Junta ia ver se se conseguia fazer lá uma Horta Comunitária. Disse que isso seria ótimo embora às vezes se tivesse um espírito menos comunitário. Em relação à questão da regulamentação disse que era óbvio que quando a Horta estivesse a funcionar teria de existir um regulamento com direitos e obrigações, dizendo que caso contrário seria uma “balburdia”. Disse que era necessário ainda definir vários aspetos e falou concretamente na questão da gestão da água, dizendo que esse era um aspeto importante. Disse que no momento foi necessário atribuir um nome aquele projeto e chamou-se àquele espaço Horta Comunitária, mas que amanhã até poderia ser outra coisa qualquer. Disse que este projeto se encontrava numa fase embrionária e que não havia nada mais a falar sobre esta matéria. No que respeita ao gásóleo disse que não havia nada a esconder e que as contas eram claras. Disse que no dia em que a Junta de Freguesia decidiu ir abastecer à bomba do Zita, alguém se tinha dirigido à Petroamareleja para fazer um abastecimento com um trator e que lhe tinha sido informado pelos responsáveis da bomba que aquele não seria o mês da Petroamareleja. Explicou que a ZAMZ de momento, por motivos financeiros, não tinha capacidade para continuar a efetuar os fornecimentos conforme era habitual, e que tinha sido esse o motivo que levou a Junta de Freguesia a recorrer ao Zita. Disse que a Junta de Freguesia atualmente estava a comprar muito menos combustíveis à ZAMZ e que já tinha falado com o responsável para explicar o motivo, dizendo que a Junta de Freguesia não podia beneficiar uma empresa



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

em detrimento de outra, referindo-se aos prazos de pagamento das faturas. Relativamente à eletrificação do Baldio disse que ainda nada estava decidido, e que nada obrigava a que fosse através de energia elétrica convencional. Disse que naturalmente isso iria ser analisado e que se iriam ponderar os custos e os benefícios. Disse que também se iriam pedir orçamentos a empresas de energias renováveis e que posteriormente se faria uma análise voltando dizer que nada estava decidido. Disse que se iria ver também ao nível desses tais projetos o que possa enquadrar-se. Disse que independentemente de se recorrer a energias renováveis ou não seria um projeto que iria custar muito dinheiro e que se iria ver se a Junta teria capacidade ou não. Disse que neste momento ainda não havia financiamentos, mas que tendo em conta que era ano de eleições provavelmente muito em breve deveriam ser disponibilizados. -

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia mais alguma dúvida ou mais alguma intervenção em relação ao ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que a questão que foi colocada em relação aos investimentos que se continuavam a fazer no Baldio continuava sem ser explicada. -----

----- O senhor Presidente do Executivo perguntou quais eram concretamente as dúvidas que senhora Maria da Conceição tinha em relação ao Baldio. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que tinha sido clara na pergunta que colocou. Disse que a questão das casas do Baldio não estava definida, não estava concluída e não estava objetiva e disse que nem se sabia o tempo que iria levar a ser resolvida. Disse que havendo tanto onde investir na Amareleja, não percebia porque é que se continuava a investir nas casas do Baldio, dizendo que era uma coisa onde havia muitas dúvidas. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que não havia tantas dúvidas assim, e referindo-se ao acordo de transferência do Perímetro Florestal das Ferrarias assinado em 2009 entre a Autoridade Florestal Nacional e Junta de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Freguesia de Amareleja. Disse que a então Autoridade Florestal Nacional, acordou ainda no mandato do senhor Ramalho que iria transferir para a Junta de Freguesia, os terrenos, as árvores e as edificações, disse que isso estava subscrito nesse acordo. Disse que era verdade que neste momento existia algum “emperramento”, mas que, era verdade também que a existir algum pedido de pagamento da parte do estado, nunca poderia ser o valor das casas refeitas. -----

----- O senhor Agostinho Caro disse que não era certo que o estado não viesse a exigir esse pagamento. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que estava informado disso e que já tinham existido reuniões sobre essa matéria e que isso não era possível, dizendo que isso até fazia parte do acordo. Disse que havia pessoas que tinham memória curta e que não se lembravam de como as coisas estavam. Mostrou várias fotografias das casas do Baldio antes de realizadas as obras e disse que a Autoridade Florestal reconhecia por escrito o estado de ruína em que estas se encontravam antes das intervenções feitas pela Junta de Freguesia. Disse que neste sentido, ainda que o Estado venha exigir alguma verba teria sempre que ser simbólica e nunca poderá exigir o valor do que a Junta lá tem feito. Disse que se a Junta estivesse à espera que o Estado decidisse alguma coisa, ainda nada se teria feito até agora, dizendo que era por isso que o país não avançava. -----

----- O senhor Agostinho Caro disse que era esse esclarecimento que os eleitos da CDU pediam. -----

----- O senhor Presidente do Executivo continuou a mostrar as fotografias das ruínas das casas do baldio dizendo que tudo aquilo era do conhecimento do ICNF e convidou todos os presentes a visitar o estado em que as casa estão atualmente, para se perceber onde é que se está a gastar o dinheiro. Disse que na sua opinião não era nenhum desperdício gastar o dinheiro no Baldio, e que o Baldio ia ser um jardim da Amareleja, referindo-se ao projeto da Piscina Biológica e dizendo que até parecia que havia pessoas que tinham



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

medo que se viesse a conseguir realizar esse projeto. Seguidamente leu o acordo de transferência do Baldio assinado entre a Autoridade Florestal Nacional e a Junta de Freguesia de Amareleja em 2009. Referindo-se ao citado acordo, disse que o Decreto Regulamentar que operava a transferência do Baldio para a Junta de Freguesia tinha sido publicado em Maio de 2011 e que o decreto referia que passados 60 dias se iria homologar essa entrega. Disse que a Junta de Freguesia estava bastante empenhada em resolver esta questão, que havia muita correspondência trocada e que o processo era longo e se tinha vindo a arrastar e que ainda não estava concluído. Disse que a Junta de Freguesia não tinha grandes problemas em relação à posse do Baldio pois tinha muitos documentos em seu poder disse que tinha consultado juristas que aconselhavam nesse sentido. Disse que não se estavam a fazer filhos em mulheres alheias e que se se estivesse à espera que a questão ficasse definitivamente resolvida não se fazia nada. Disse que se assim fosse também a Câmara não faria as obras que está a pensar fazer na Torre do Relógio pelo fato do edifício ser propriedade da Igreja, dizendo que concordava com a decisão. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia leu o acordo, ainda assinado no tempo do senhor Ramalho, dizendo que o mesmo faz referência à parte florestal e às edificações mas que remete para os termos do Decreto-Lei. Disse que o Decreto-Lei vai buscar alguns artigos da própria Lei dos Baldios e refere que as edificações são propriedade do estado. Falou na exposição feita pelo deputado do PS pelo Distrito de Beja sobre esta matéria ao Ministério da Agricultura e disse que o Ministério da Agricultura depois interpelou a Direção Geral de Contribuições e Imposto que informou que não teria nada a opor desde que fossem indemnizados. Disse que quando na Assembleia colocou esta questão sobre os investimentos feitos nas casas do baldio, não queria com isso dizer que fosse um investimento perdido, mas no entendimento dos eleitos da CDU seria um investimento precipitado uma vez que não se sabe ainda o valor que a



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Direção Geral de Impostos irá pedir. Disse que na situação em que o processo se encontra, o Estado ia ter que ser indemnizado, nem que fosse por um cêntimo. Disse que neste momento não se sabia qual valor e tanto podia ser um cêntimo como cem mil euros, disse que era nesse sentido que os eleitos da CDU tinham feito o reparo cauteloso desse investimento. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que também ele próprio teve intervenção neste processo referindo-se às reuniões em que participou em Lisboa com o senhor Presidente do Executivo. Disse que nessas reuniões tinham sido aforadas todas essas questões e que a Junta de Freguesia tinha feito uma contraproposta ao ICNF nesse sentido, que ainda não tinha sido lida porque ainda não era definitiva. Disse que esta contraproposta ainda não fazia referência às casas, porque a questão das casas estava a ser tratada por outra entidade por se tratar de uma outra tutela. Disse que se estava a aguardar apenas a decisão relativa à questão das casas, mas que esse assunto tinha sido discutido nas reuniões realizadas em Lisboa. Disse que tinha aventado a hipótese de a Junta de Freguesia fazer uma proposta para que o Estado vendesse as casas à Junta de Freguesia por um preço simbólico, dizendo que em conversa informal terá sugerido que esse valor fosse de 1,00 €. Disse que tudo o que têm sido os usos e costumes de transferência de bens para entidades de utilidade pública tem sido por valores simbólicos. Disse que tudo levava a crer que neste processo também isso iria acontecer e que na sua opinião não havia motivos para grandes alarmes pois as coisas estavam bem encaminhadas. Disse que no que respeita à questão da transferência do Perímetro Florestal já poderia ter sido ultimada há mais tempo, mas que a Junta de Freguesia na altura queria que o acordo incluísse também a transferência das casas. Disse que neste momento estava-se a ultimar a transferência da parte do perímetro florestal porque o processo referente à transferência das casas era mais burocrático e intenso, dizendo que talvez fosse necessário recorrer mais uma vez à intervenção do senhor deputado Pita Ameixa para que seja feita mais uma interpelação ao Ministério no sentido de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

ultimar a transferência desses imóveis. Disse mais uma vez que no entanto estava tudo bem encaminhado e que estava otimista. -----

----- Não havendo mais intervenções foi apreciada a informação escrita do presidente da Junta de Freguesia, sobre a atividade desta e da sua situação financeira. -----

----- **Ponto 6: Protocolo de Cooperação entre a União de Freguesias de Moura e Santo Amador e a Freguesia de Amareleja;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao ponto seis da ordem de trabalhos dizendo que tal como previsto na lei 75/2013 era sempre necessária a autorização da Assembleia de Freguesia para a celebração de protocolos entre o Executivo da Junta de Freguesia e outras entidades. Perguntou se todos tinham recebido a cópia da proposta de protocolo (**Doc. 5**) e perguntou se alguém tinha alguma dúvida em relação à mesma. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que esta possibilidade de se estabelecerem protocolos fazia parte da Lei 75/2013, e que tinha apenas duas questões. A primeira disse que tinha a ver com o fato de o Protocolo não estava completo pois faltavam as datas, dizendo que não se percebe se foi por lapso ou outra intensão. Seguidamente disse que havendo esta possibilidade dada pela lei 75 de se estabelecerem protocolos de cooperação, no entendimento dos eleitos da CDU, havia todo o interesse para as Freguesias que se estabelecessem protocolos entre todas as freguesias do município e não apenas com uma, dizendo que não eram assim tantas. Disse que havia mais freguesias e que só havia a ganhar em termos do que poderia ser a cooperação e a partilha entre todas. Relativamente ao que era proposto, disse que eram áreas e atividades que já estavam previstas na própria Lei e não tinha nada a acrescentar. Perguntou porquê apenas este protocolo com a União de Freguesias de Moura e Santo Amador e não com todas as outras freguesias do concelho, perguntou ainda de quem tinha partido a iniciativa, solicitou esses esclarecimentos. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente de Executivo disse que começaria por esclarecer a ultima questão colocada e disse que “ninguém se casava com quem não se queria casar consigo”. Disse que a Amareleja estava sempre de braços abertos para receber quem viesse por bem e que esta proposta tinha partido da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, disse que não via nenhum problema nisso. Disse que a proposta enviada inicialmente tinha sido alterada, referiu-se à questão dos transportes dizendo que lhe pareceu desinteressante para a freguesia de Amareleja e pediu para que fosse retirada essa alínea. No que respeita às datas disse que esta proposta primeiro tinha que ser aprovada tanto em sede de Assembleia de Freguesia da União, como em sede de Assembleia de Freguesia de Amareleja e só depois se celebraria o protocolo. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que a dúvida tinha a ver com a aprovação do Executivo, dizendo que o mesmo já tinha aprovado, e bem, para depois submeter o documento à Assembleia, e que essa data não estava lá. ---

----- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a proposta de Protocolo de Cooperação entre a União de Freguesias de Moura e Santo Amador e a Freguesia de Amareleja.-----

----- Votos a favor – 9; Votos contra – 0; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE APROVAR O PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR E A FREGUESIA DE AMARELEJA, SEM HAVER NECESSIDADE DA INDICAÇÃO DAS DATAS DE CELEBRAÇÃO DO MESMO POR TODAS FICAREM A CARGO DOS INTERVENIENTES.**-----

----- **Ponto 7: Protocolo de Parceria com a empresa Mutação-Consultoria, Estudos e Serviços de Formação Lda;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao ponto sete da ordem de trabalhos perguntando se alguém tinha alguma dúvida ou alguma intervenção a fazer relativamente ao Protocolo de Parceria com a empresa Mutação (**Doc. 6**). -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- A senhora Maria da Conceição disse que também gostava de obter alguns esclarecimentos relativamente a este protocolo. Perguntou se a candidatura para admissão dos concursos públicos já tinha sido feita por esta empresa. -----

----- O senhor Presidente do Executivo respondeu que não. -----

----- A senhora Maria da Conceição perguntou se assim sendo esta empresa seria só para elaborar candidaturas a partir de agora, tendo em vista o novo quadro comunitário. Disse que se assim era teria sido um lapso pois aparecia a data de 2014 no final do protocolo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que este seria um Protocolo tipo e que a data que iria constar na versão definitiva seria a data da celebração do Protocolo. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que realmente o quadro comunitário era para 2014-2020, mas que em 2014 não havia candidaturas abertas, disse que tinha ficado esclarecida. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se o senhor Presidente do Executivo gostaria de dar alguma explicação sobre esta questão. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que se tratava de uma empresa que tinha vindo à Junta de Freguesia propor este Protocolo, que no seu entender apenas poderia trazer benefícios para a Junta. Disse que o citado protocolo não era oneroso para a Junta de Freguesia, pois caso não se realizasse nenhuma candidatura, ou ainda realizando-se alguma candidatura e caso não venha a ser aprovada a Junta não teria que pagar nada. Disse que a Junta de Freguesia podia fazer esta parceria e outras nos mesmos termos desde que resolvam os problemas da Junta de Freguesia. -----

----- A senhora Nélia Marvão perguntou quais tinham sido os critérios para a escolha da empresa. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que não conhecia esta empresa de lado nenhum, nem lhe tinham sido recomendados por ninguém. Disse que tinham aparecido na Junta de Freguesia um dia, pedindo uma



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

reunião. Disse que tinha aceitado reunir com a empresa e que a mesma na própria reunião, lhe tinha entregado esta proposta. Disse que esta proposta tinha ficado pendente para ser submetida à aprovação da Assembleia, dizendo que até desconhecia essa obrigatoriedade. -----

----- Não havendo mais intervenções foi colocada à votação a proposta de Protocolo de Parceria com a empresa Mutação-Consultoria, Estudos e Serviços de Formação Lda.-----

----- Votos a favor – 9; Votos contra – 0; Abstenções – 0. -----

----- **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE APROVAR O PROTOCOLO DE PARCERIA COM A EMPRESA MUTAÇÃO-CONSULTORIA, ESTUDOS E SERVIÇOS LDA.**-----

----- **Ponto 8: Diversos;**

----- **O senhor Presidente da Assembleia** abriu a discussão relativamente ao oitavo ponto da ordem de trabalhos começando por perguntar se alguém queria intervir. -----

----- A senhora Maria da Conceição pediu a palavra e disse que gostaria de falar sobre a audição da gravação da Assembleia de 27 de setembro de 2014. -

----- O senhor Presidente da Assembleia agradeceu o fato de a senhora Maria da Conceição o ter recordado deste assunto, dizendo que também tinha previsto trazê-lo à discussão. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que já na Assembleia de abril este assunto tinha ficado por discutir, por ter havido um erro de comunicação, mas que depois tinham feito chegar ao senhor Presidente da Assembleia uma carta com o resultado dessa audição. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que gostaria de propor à Assembleia que se fizesse uma adenda à ata n.º 5 referente à sessão de 27 de setembro de 2014, com as conclusões que a bancada da CDU retirou dessa audição. Perguntou se todos concordavam que se fizesse essa votação.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

Seguidamente, não havendo oposição foi colocada à votação a seguinte proposta: -----

----- Proposta da Mesa: Propõe a mesa que seja feita uma adenda à Ata n.º 5 referente à sessão de 27 de setembro de 2014 com as conclusões retiradas da última audição feita pela bancada da CDU. A proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- O senhor Agostinho Caro disse que queria entregar à mesa uma recomendação dos eleitos da bancada da CDU sobre o ACEEP – Acordo Coletivo de Entidade Pública Empregadora (**Doc. 7**) e um protesto relativo a um acontecimento ocorrido na anterior Assembleia (**Doc. 8**) . -----

----- O senhor Presidente da Assembleia aceitou os documentos e passou de seguida a ler o documento que continha a recomendação relativa ao ACEEP e onde os eleitos da bancada da CDU recomendam que a Junta de Freguesia retome os contactos com o STAL – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, para que se proceda à assinatura do acordo por ambas as partes, de forma a garantir a prática das 35 horas semanais para os funcionários da Junta de Freguesia. O senhor Presidente da Assembleia disse que esta recomendação vinha no seguimento das intervenções que vinham sendo feitas tanto pela bancada da CDU, como pela bancada dos Independentes para que seja o mais breve possível reposta a laboração das 35 horas semanais. Disse que era por isso que também se deviam pronunciar sobre isso, sendo que este assunto tinha a ver com uma questão de legalidade. Disse que de acordo com a informação que tinha no momento e quanto julgava saber ainda não haveria informação nova nesse sentido e que a situação ainda não teria sido desbloqueada pelo Secretário de Estado da Administração Local. Disse que os eleitos da sua lista continuavam a querer que isso acontecesse o mais breve possível para que a situação fosse desbloqueada e que de uma forma justa os funcionários possam voltar a laborar com as 35 horas em vez das atuais 40 horas semanais. Disse que esta recomendação dos eleitos da CDU ficava em Ata, mas que no entanto ficaria ressalvado que esta era uma



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

tomada de posição conjunta de todos os eleitos da Assembleia, dizendo que não seria justo que esta posição fosse tomada apenas pelos eleitos da CDU, uma vez que também os eleitos da lista Independente se têm vindo a debater para que voltem a ser implementadas as 35 horas semanais. Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia passou a ler o documento que continha o protesto da bancada da CDU relativamente ao acontecimento ocorrido na passada Assembleia Extraordinária, que se refere ao fato de estar presente um elemento de público a fotografar e a filmar a sessão. O senhor Presidente da Assembleia disse que neste caso os eleitos da CDU estavam a faltar à verdade pois não terá sido apenas um elemento afeto à lista dos Independentes a colher imagens, mas que estaria também nessa sessão um elemento afeto à CDU a colher prova de som. Disse que de qualquer forma como se tratava de um ato privado de quem tinha abusivamente feito essas filmagens, que era lógico que a bancada da CDU não poderia ter acesso a essas filmagens, pois as filmagens seriam de quem as fez. Disse que isso tinha sido feito à revelia da mesa da Assembleia pois não teria sido informado atempadamente. Disse que assim que alguém deu essa informação impediu imediatamente o ato. Disse que as Assembleias apenas poderiam ser gravadas pelo funcionário afeto à Assembleia, e apenas para efeitos de elaboração da Ata. Disse que não entendia a alusão feita pelos eleitos da CDU à lista dos independentes, pois na verdade a pessoa em causa estava na sessão como elemento do público, disse que a pessoa teria pertencido à lista aquando das eleições, mas que não tinha sido eleita e nem estaria ali mandatada por ninguém da sua lista. Disse que também ele poderia fazer alusão ao elemento afeto à CDU que estaria a fazer gravação áudio da Assembleia. -----

----- O senhor Agostinho Caro disse que o que os eleitos da CDU estranhavam era que se o senhor Presidente da Assembleia tinha visto alguém fazer gravação áudio da Assembleia não tivesse dito nada em relação a esse fato. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

----- O senhor Presidente da Assembleia perguntou se estavam cientes desse acontecimento. -----

----- O senhor José Carlos disse que durante a Assembleia não se teriam apercebido de nada, uma vez que estavam de costas para o público e que apenas ficaram a saber depois de terem sido informados pela senhora Carla Dias. Perguntou se o senhor Presidente não se tinha apercebido dos flashes.---

----- A senhora Nélia Marvão disse que não seria de estranhar que os eleitos da CDU não se tivessem apercebido de alguém estar a fazer filmagens ou gravação de som nas suas costas, mas que era estranho que o senhor Presidente da Assembleia estando de frente para o público não se tivesse apercebido dos vários flashes que aconteceram durante o decorrer da Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia disse que o ficaria em Ata o protesto dos eleitos da CDU, acrescentando-se também que havia outro elemento do público a fazer gravação áudio. -----

----- O senhor Agostinho Caro perguntou em relação à organização do Festival da Juventude, e uma vez que em edições anteriores tinha havido reclamações dos moradores no que respeita à utilização do espaço público envolvente como casa de banho, se este ano tinha sido feito algum trabalho no sentido de minimizar ou eliminar esse problema, referindo-se por exemplo ao aluguer de casas de banho. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que o aluguer de casas de banho ficava muito oneroso e que atendendo a que existem casas de banho públicas próximo do local do evento achou-se que essa não seria a melhor opção. Disse que para minimizar o problema se tinha reforçado a iluminação do espaço. -----

----- A senhora Nélia Marvão perguntou em seguida porque é que o executivo da Junta de Freguesia de Amareleja, na anterior Assembleia Municipal tinha chumbado as propostas apresentadas pelo Executivo Camarário, no sentido de serem abertos vários concursos para admissão de



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

peçoal, dizendo que não percebia o porquê desse voto contra, uma vez que o senhor Presidente do Executivo já por diversas vezes defendeu a criação de emprego. -----

----- O senhor Presidente congratulou-se com a questão colocada pela senhora Nélia Marvão, dizendo que iria explicar a mesma e que até era bom que se tivesse levantado essa questão para as pessoas perceberem o que se tinha passado. Disse que a Câmara queria contratar mais três pessoas na área da Comunicação Social. Disse que se achou isso uma enormidade e que atualmente se gastava muito dinheiro com publicidade da própria Câmara, referindo como exemplo o jornal. Disse que tinha havido uma proposta apresentada pelo Partido Socialista na reunião de Câmara no sentido de se reduzir de três para duas vagas e que essa proposta terá sido rejeitada pela maioria do Executivo camarário. Disse que no entendimento do Executivo da Junta de Freguesia de Amareleja, o que se gastava em publicidade já de si era um exagero e que esta contratação iria aumentar ainda mais esse valor. Disse que tinha sido esse o entendimento do executivo e que por esse fato tinham votado contra essa proposta, dizendo que havia outras áreas com muito mais necessidades e que provavelmente se o Executivo da Junta de Freguesia decidisse contratar uma série de indivíduos para fazer publicidade à Junta de Freguesia, também os eleitos da CDU votariam contra. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que a criação de postos de trabalho também era uma grande necessidade. -----

----- O senhor Presidente do Executivo concordou, mas disse que também havia uma grande necessidade de a Junta receber o dinheiro das dívidas da Câmara e que também não o recebia. -----

----- A senhora Maria da Conceição, ainda no ponto diversos, disse que foi referido pelo senhor Presidente do Executivo, aquando da discussão das contas, a construção do Parque Infantil no Baldio. Disse que gostaria de colocar uma questão em relação ao Parque Infantil, dizendo que não era dirigida apenas ao Parque Infantil do Baldio, mas também ao Parque Infantil



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

que está construído no Jardim. Disse que a questão que tinham para colocar remetia para a legislação sobre os parques infantis enquanto espaços públicos. Disse que para além dos cuidados que havia a ter na sua instalação a legislação prévia também um seguro de responsabilidade civil, referindo-se ao artigo 31.º da legislação sobre os parques, que a entidade responsável pela gestão do espaço deveria celebrar obrigatoriamente. Perguntou se esse seguro existia, dizendo que poderiam de fato ocorrer danos. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que era um bom alerta, disse que embora acarretasse custos era mais uma segurança para a Junta de Freguesia. Disse que o antigo parque tinha esse seguro e que iria tomar isso em consideração e avançar com o seguro respeitante ao Parque instalado no Baldio. -----

----- A senhora Nélia Marvão disse que gostaria de colocar uma questão, também ela relacionada com os espaços da Junta de Freguesia e a sua utilização. Disse que gostaria de saber o que é que se estava a passar com a iluminação do espaço da Feira do Barranco de Vale de Juncos. Disse que tinha conhecimento de que a manutenção do espaço exterior estaria a cargo, durante um ano, da empresa responsável pela obra, mas que a iluminação do espaço da Feira seria da responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que lamentava que se tivesse feito uma obra daquelas e que não se tivesse sequer eletrificado as casas de banho que lá estavam construídas. Disse que eram uteis para toda a gente e referiu-se em concreto aos feirantes. Disse que em relação à iluminação do espaço da feira a responsabilidade não era da Junta de Freguesia, mas sim da Câmara uma vez que se tratava de luz pública, disse estar devidamente informado com a EDP. Disse que isso tinha toda a razão de ser e que ainda que esteja num espaço que é propriedade da Junta de Freguesia trata-se de iluminação pública. Disse que numa obra daquelas onde se conseguiu gastar tanto dinheiro estava agora a levantar-se este problema. Disse que já tinha enviado um ofício para o senhor Presidente da Câmara relativamente a esse



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

assunto em que a Junta assumia o pedido da baixada, enquanto proprietária do terreno, mas que nesse ofício a Junta questionava sobre quem suportaria esse encargo. -----

----- O senhor Agostinho Caro perguntou qual tinha sido a resposta da Câmara em relação a esse ofício. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse julgar que o entendimento da Câmara relativamente a este assunto será o de que terá de ser a Junta de Freguesia a pagar. Disse que tinha falado com o Engenheiro Catarrunas sobre essa matéria e que o mesmo terá informado que se tratava de luz pública. Disse que aquele era um espaço que de Verão justificava estar iluminado à noite porque as pessoas iam para ali passear, mas que se calhar de Inverno já não justificaria. Disse que a situação financeira da Junta não permitiria iluminação permanente do espaço. Disse que continuava a ser entendimento da Junta de Freguesia que a iluminação daquele espaço era considerada luz pública. Deu o exemplo concreto das ruas, do Poço do Chorão, da travessa da Praça e dos mostradores da Torre do Relógio, dizendo que a Junta solicitou iluminação para esses espaços e que estavam a ser pagos como luz pública. –

----- A senhora Maria da Conceição disse que não tinha entendido muito bem esta questão da luz pública e perguntou quem é que pagava a luz das ruas da freguesia. -----

----- O senhor Presidente do Executivo respondeu que quem pagaria a luz das ruas seria em princípio a Câmara, dizendo que desconhecia se existia algum acordo entre a Câmara e a EDP. -----

----- A senhora Maria da Conceição disse que gostava ainda de colocar mais uma questão. Disse que numa carta enviada pelos eleitos da CDU à Junta de Freguesia, a pedir algumas informações e documentos, pediram informação sobre a ocupação do edifício da Casa do Tronco. Disse que em resposta a esse pedido a Junta de Freguesia teria enviado a cópia de um contrato de Cedência de Instalações assinado com o IEF. Disse que esta cedência deveria ser subordinada a Protocolo e que o mesmo deveria ter vindo



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AMARELEJA

à Assembleia de acordo com o artigo 9.º alínea i) da Lei 75/2013, que refere que a cedência de utilização de espaços públicos, neste caso da propriedade da Junta, desde que estejam a ser usados e porque são espaços públicos devem ser sujeitos a protocolos. Disse que esta cedência embora temporária estava já estabelecida em contrato mas que a mesma deveria ser suportada pela assinatura de um protocolo aprovado e autorizado pela Assembleia. -----

----- O senhor Presidente do Executivo disse que não via qualquer inconveniente nessa matéria, disse que não se tinha feito por desconhecimento, embora a Lei tenha que ser cumprida embora se desconheça e que não via nenhum problema de numa próxima Assembleia se trazer esse ponto, embora o contrato já se encontre a decorrer. Disse que era um benefício para a população. -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar o senhor Presidente Assembleia, António Branco Angelino, agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão eram vinte e três horas e trinta cinco minutos. -----

APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA-----

----- A fim de produzir efeitos imediatos, foi deliberado por unanimidade aprovar em minuta o texto da deliberação dos pontos: um a oito da Ordem de Trabalhos. -----

----- Para constar e devidos efeitos foi por mim, Cidália Maria Rita Guerreiro, Assistente Técnica da Junta de Freguesia de Amareleja, redigida a presente ata, sob a responsabilidade do 1.º Secretário Manuel Estevão Marques Martins, a qual vai ser presente a todos os membros com vista à sua aprovação e subscrição pela mesa da Assembleia. -----

PRESIDENTE: _____

1º. SECRETÁRIO: _____

2º. SECRETÁRIO: _____